

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Correio Brasileiro*

Class.: 1441

Data: 24.01.90

Pg.: _____

Queimadas e desmatamentos diminuem 30%

DPF acha que garimpeiros são aliciados

A preocupação maior da Polícia Federal após retirar os garimpeiros das áreas dos índios Ianomami, em Roraima, é descobrir quem são os responsáveis pelo aliciamento de milhares de garimpeiros que foram levados para dentro das reservas indígenas em busca do lucro fácil do ouro. Segundo informou ontem o diretor-geral do órgão, delegado Romeu Tuma, muitos garimpeiros retirados das reservas chegaram a confessar que foram conduzidos por pessoas interessadas em lucrar com o seu trabalho nos garimpos.

"Estas pessoas ou grupos usavam os garimpeiros mais desavisados até como mão-de-obra escrava", informou Romeu Tuma, que prometeu fazer uma ampla investigação para processar todos os aliciadores. Segundo o diretor da Polícia Federal, os resultados das investigações farão parte de um relatório que ele pretende apresentar o mais rápido possível ao Ministério da Justiça para que sejam tomadas as providências a fim de evitar futuras invasões de garimpeiros em outras áreas indígenas da Amazônia. "Precisamos descobrir quem são estes grupos e quanto lucraram com o aliciamento para que esta prática não continue provocando outros conflitos em terras indígenas", acrescentou Romeu Tuma.

O diretor da Polícia Federal informou que já não existem focos de resistência por parte dos garimpeiros que ainda se encontram nas áreas dos Ianomami. "Apesar do clima de revolta que no início da operação de retirada pressionamos em Boa Vista, os garimpeiros não estão mais se opondo em deixar as áreas dos índios", disse Romeu Tuma. Ele informou que a operação de retirada continua evoluindo normalmente apesar do problema que persiste em Roraima da falta de aeronaves para retirar todos os garimpeiros.

As queimadas e desmatamentos na Amazônia apresentaram uma redução de 30 por cento comparados com os dados de 1988, segundo os dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). Esta informação foi repassada ontem pelo presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando Mesquita, ao presidente José Sarney durante as comemorações do primeiro aniversário do órgão. Mesquita atribuiu essa redução à atuação dos batalhões florestais dos Estados formados por soldados da Polícia Militar e mais de mil homens do Ibama.

A operação envolve cerca de 250 veículos e barcos dotados de equipamentos especiais e mais cinco helicópteros que percorrem toda a região. A fiscalização exercida pelo Ibama tornou-se mais forte nos últimos seis meses de 1989, quando autuou 900 veículos transportando madeira irregularmente. O Ibama avalia que estejam sendo queimados cerca de oito milhões de hectares na região

amazônica por ano, o que significa 300 milhões de metros cúbicos de madeira transformados em cinzas a cada 12 meses, que foram responsáveis em 1987 pelo desaparecimento de 20 milhões de cobertura florestal da Amazônia.

Para comemorar o primeiro ano de existência do Ibama, o presidente José Sarney assinou cinco decretos, um dos quais cria a primeira reserva extrativista, a do Alto Juruá, na Amazônia, uma das propostas de Chico Mendes quando presidia o Conselho dos Seringueiros. Foram criados ainda duas áreas de proteção ambiental uma em Minas Gerais, a do Morro da Pedreira no município de Mato Dentro e, a da Lagoa Santa, próxima de Belo Horizonte. Além da reserva biológica de Guaribas, em Mamanguapé, na Paraíba.

Num dos decretos, Sarney criou o patrimônio natural que dá direito a qualquer cidadão ter em sua propriedade uma reserva particular do patrimônio natural. O interessado deverá formular requerimento à Supe-

rintendência do Ibama, com descrição da tipologia florestal, paisagem e hidrologia, bem como a relação das principais atividades ali desenvolvidas. Sarney contabiliza hoje mais de 130 obras dentro da questão ambiental, sendo que 83 destas foram implementadas a partir da criação do Ibama.

O acompanhamento e a fiscalização do Ibama, sobre as mudanças que vêm ocorrendo na cobertura vegetal das florestas do País, estão sendo feitos através das imagens geradas a partir de satélites da série Landsat. Graças a essa tecnologia o Ibama consegue realizar o mapeamento e avaliação periódica de uma determinada área, em intervalos de tempo regulares com o objetivo de estudar a dinâmica das mudanças na vegetação.

A seleção das imagens a serem utilizadas nos levantamentos propostos obedece a critérios altamente científicos, junto ao Inpe, órgão com o qual o Ibama tem convênio.

MORENO



Sarney, sua comitiva e a atriz Maitê Proença, visitam o laboratório florestal do Ibama

Sarney interdita reserva dos Caiapó

O presidente José Sarney assinou decreto, ontem, determinando a interdição pela Funai da área indígena Meganotire, pertencente aos índios meganotire, da tribo Caiapó. A medida deve vigorar por 150 dias, período considerado suficiente para os levantamentos de demarcação da reserva, que fica situada no extremo sul do Pará, e tem uma extensão total de quatro milhões, 938 mil e 100 hectares, o equivalente a duas vezes e meia a superfície do Estado de Sergipe.

O decreto convoca imediatamente o chamado Grupão, formado por técnicos dos ministérios do Interior e da Agricultura e do Estado do Pará, para estudar as diretrizes de demarcação. O decreto nasceu de um acordo feito entre o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Luís Roberto Ponte; o superintendente da Funai, coronel Airton Alcântara; o presidente da Fundação Mata Virgem, Olímpio Serra; o

cacique Raoni, chefe da tribo Txucarramãe; o cacique Kokotire, chefe dos índios meganotire; e da atriz Lucélia Santos. O encontro foi realizado à tarde, na sala de reuniões do SNI.

A demarcação pode ser homologada ainda no governo Sarney, garantiu o ministro, mas tudo depende da rapidez dos estudos. Ele queria afastar o presidente da Funai, Íris Pedro, da comissão, por achar que ele vem protelando a medida. O coronel Alcântara não aceitou a posição de Serra.

O ministro Luís Roberto Ponte disse que a demarcação não podia ser autorizada de imediato, como vem reindicando o presidente da Fundação Mata Virgem e os caciques, porque a área da reserva é muito extensa. Lucélia Santos também falou em defesa dos índios, observando que a questão era apenas de "vontade política" e o presidente Sarney podia dar um "empurrãozinho".

Olímpio Serra demonstrou a

sua desconfiança com relação ao futuro governo, mas o ministro Ponte disse que os índios têm garantias constitucionais.

No início da reunião, que durou cerca de uma hora, o ministro defendeu a minuta apresentada pelo superintendente da Funai, que previa a interdição da área por 120 dias, determinava um período de 30 dias para concluir os estudos de ocupação da reserva. Ele alegou que é preciso seguir o procedimento do Decreto 95.495, de 23 de setembro de 1987. Raoni foi contra a assinatura do decreto, por considerar uma forma de protelar a medida. Ele, com voz embargada de emoção, disse que estava cansado de tanta enrolação, e apresentou um mapa mostrando a área, e informando que ainda existem grupos "brabos" de índios. Ele também disse que não queria utilizar os mesmos métodos de seus antepassados, que foram obrigados a matar para manter a terra.